

# Moratória: o tema em debate.

O deputado Múcio Athayde pede, em projeto, que o governo declare a moratória que o senador Roberto Campos já considera declarada: o assunto domina as discussões no Congresso.

E o Congresso Nacional tomou, de repente, uma iniciativa prática quanto ao debate do grande problema brasileiro: a dívida externa, o acordo com o FMI e a conveniência ou não da moratória. O deputado Múcio Athayde (PMDB-RO) apresentou ontem projeto de lei que obriga o Poder Executivo a declarar moratória da dívida externa brasileira por dez anos.

Segundo o deputado declarou na justificativa do projeto, "os motivos morais e jurídicos são os mais justos (...) e é preciso dar um basta ao envio do produto do trabalho do brasileiro para o Exterior, enquanto dentro do Brasil muitos estão passando fome" por uma situação "gerada, entre outras razões, pelas altas taxas de juros, pelo protecionismo dos países ricos contra a importação de nossos produtos e pela absurda deterioração dos preços das exportações de nossas matérias-primas para os países industrializados".

Também o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que há poucos dias propôs, em entrevista, uma moratória por três anos, pretende até ir ao Supremo Tribunal Federal para anular os acordos do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional — iniciativa que acabou provocando, ontem, alentado debate jurídico, uns achando que ela é inconstitucional, outros alegando justamente o contrário.

A moratória foi, assim, o ponto mais visado ontem nos pronunciamentos de políticos e empresários. Que, como se verá, não conseguiram sequer concordar quanto à definição sobre se o Brasil já está ou não vivendo em regime de moratória. Para o senador Roberto Campos (PDS-MT), por exemplo, o Brasil já está em moratória desde dezembro do ano passado, quando comunicou aos banqueiros a suspensão do pagamento das amortizações de sua dívida vencida este ano e impôs algumas condições para restabelecer tal pagamento.

Os bancos, disse o senador, absorveram essa "declaração de moratória" e trataram de prover os quatro projetos solicitados pelo Brasil — rolamento de US\$ 4 bilhões de amortizações, recursos novos de US\$ 4,4 bilhões e recomposição dos créditos comerciais e interbancários —, fracassando em relação ao último. Agora eles deram sinais inequívocos de que concordam com um reescalonamento da dívida brasileira por período razoável, mas exigem o cumpri-

mento de um programa de ajustamento da economia supervisionado pelo FMI.

Roberto Campos manifestou-se contra qualquer compromisso do Brasil, na reunião organizada pela OEA em Caracas, em torno da constituição de um bloco de países devedores para atuar em conjunto na negociação de suas dívidas com os credores. Disse, porém, que "não faz mal" trocar idéias sobre a experiência que diversos países devedores estão tendo na negociação, mas alertou que "precisamos ter cuidado com eles", referindo-se ao fato de que há, entre eles, alguns que defendem a tese do repúdio radical à dívida — o popular calote.

## Políticos apertam

A maioria absoluta da Câmara — mais de 240 deputados entre 479 — vai reivindicar hoje do presidente Flávio Marcílio o direito de o Legislativo ser ouvido sobre os acordos com o FMI, com base no preceito constitucional (Art. 44) que atribui ao Parlamento o direito de "resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo presidente da República". Cópia do pedido será encaminhada à sede do FMI, em Nova York.

A decisão foi tomada anteontem durante encontros informais de 20 defensores da medida, apoiados pelas lideranças do PMDB, PDT e PT. Entre os signatários do documento solicitando a audiência parlamentar dos acordos com o FMI, alinham-se mais de 20 deputados do PDS, conforme revelou um dos coordenadores da iniciativa, que hoje será detalhada para Ulysses Guimarães.

Ainda ontem, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) dirigiu requerimento à Mesa diretora do Senado pedindo informações ao ministro da Fazenda sobre o montante global reivindicado pelos credores da dívida



Campos: estamos na moratória.



Ulysses e Strenger: é possível recorrer.



Aureliano e José Ermírio: críticas.

externa brasileira e, ainda os termos dos documentos referentes às obrigações fixadas nos acordos com o FMI e outros organismos financeiros.

Itamar acha que o relacionamento financeiro com os países desenvolvidos, diante das proporções e da relevância desses temas, "não pode continuar sendo objeto de negociação e renegociações ao arpejo da vontade e do conhecimento da Nação".

Para o presidente interino Aureliano Chaves, porém, tudo corre muito bem. Ontem ele disse ao empresário José Ermírio de Moraes, a quem recebeu em audiência no Palácio do Planalto, que as negociações do trio econômico (Delfim, Galvão e Lango) com o FMI estão progredindo de modo satisfatório, e por isso espera que elas cheguem breve a bom termo.

Foi José Ermírio quem, ao sair da audiência, revelou a posição do presidente interino aos repórteres. Ele informou ainda que Aureliano está convencido, no entanto, de que as negociações não podem ser conduzidas da forma rígida prescrita pelos manuais do Fundo, que "não podem ser aplicadas como uma equação matemática primária de forma linear para todos os países", segundo a expressão do empresário.

Aureliano, o desperdício das empresas estatais, para ele uma das principais causas do déficit público, e citou como obras dispensáveis para a atual situação brasileira a construção da hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares. O déficit dos setores públicos estadual e municipal será, este ano, de Cr\$ 6 trilhões, segundo revelou ontem uma fonte da Seplan.

Este valor representa a terça parte de todo o déficit público do governo, negociado recentemente com o FMI e correspondente a

Cr\$ 18,5 trilhões. Mas, em face da reestimativa inflacionária, o volume desse déficit deverá alcançar cerca de Cr\$ 21,5 trilhões.

## Aspecto legal

A investida que Ulysses Guimarães pretende levar ao Congresso e depois ao Supremo Tribunal Federal foi analisada ontem por dois juristas, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ex-secretário da Justiça do governo Marin, e Irineu Strenger, chefe do Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da USP. Os dois estão em posição antagonista.

Para Manoel Gonçalves, não há "fundamento algum na pretensão" de Ulysses, que "não pode nem recorrer ao Supremo. Poderá, quando muito, pedir ao procurador-geral da República que encaminhe ao STF sua pretensão". Para o jurista, "Ulysses quer um tratado, quando se trata, na verdade, de um acordo. Se o Brasil estivesse firmando um tratado com o FMI, seria necessário cumprir todo um formalismo, incluindo a obrigatoriedade de se ouvir o Congresso Nacional".

Contra esse parecer está a opinião de Irineu Strenger, para quem "é eufemismo distinguir acordo de tratado sem considerar o conteúdo". Estão Chamando de acordo

fazer com o FMI para fugirem à exigência de se submeter a matéria à apreciação do Congresso. Mas esse acordo, na verdade, compromete mais que um tratado, porque compromete o patrimônio nacional, a soberania nacional, e não pode ser decidido a não ser em obediência a preceitos constitucionais".

Irineu Strenger fez questão de lembrar as palavras do ex-ministro Afonso Arinos de Mello Franco, publicadas ontem pela imprensa, segundo as quais ele (Arinos) mesmo foi o autor da modificação de um dispositivo da Constituição exatamente para ampliar o poder de fiscalização do Congresso: "É o próprio legislador explicando que, enquanto o texto anterior não falava em acordos, prevendo apenas os casos de tratados e convenções, na versão do texto de 1967 abriu o esquema de fiscalização do Congresso usando a expressão atos".

Como decorrência dessa modificação, alertou o jurista, se os acordos com o FMI não tiverem o referendado do Congresso "todos os atos são não só eivados de inconstitucionalidade como geram por consequência uma responsabilidade do presidente da República". E, se a matéria for levada ao Congresso e levantada a responsabilidade do presidente "como chefe da Nação, nessa situação poderia ser discutido o seu impedimento".

## Empresários

Para os empresários Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil, e Helmut Vervuert, presidente da Siemens do Brasil, é impossível o Brasil declarar moratória unilateral. Sauer disse que o País "sofreria uma forte reação em todo o mundo", mas acenou com algum otimismo argumentando estar convicto de que dentro de oito meses o problema da dívida já estará solucionado através de negociações com os credores.

Vervuert disse que "a moratória unilateral é bobagem. Entre parceiros que devem cooperar durante muito e muito tempo a gente não faz coisas unilaterais, tem sempre que negociar para chegar a um acordo entre as partes". Sauer previu que se declarada a moratória, "não pode ser mais um navio brasileiro, um avião, porque no primeiro porto alguém apresa. Moratória é uma idéia totalmente irreal. Tem que ser acordo, e eu acredito que vai haver